

Chamada CNPq/MCTIC/MEC Nº 15/2017 -

Olimpíadas Científicas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, por meio da Secretária de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, o Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica – SEB, tornam pública a presente Chamada e convidam os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos.

1 Objeto

Apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação no País e utilizar o conhecimento científico como mecanismo de empoderamento e transformação social, por meio da realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional ou internacional sediada no Brasil.

1.1 São objetivos desta chamada:

Apoiar a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de popularização da ciência e melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas e docente. Poderá ser apoiada também a realização de Olimpíadas Científicas Internacionais no Brasil, em sua fase final, de acordo com as condições estabelecidas nesta Chamada. As Olimpíadas Científicas devem procurar aderência aos seguintes objetivos específicos:

- I - Fortalecer habilidades dos professores, pesquisadores, técnicos e alunos de Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação Básica.
- II - Estimular os jovens alunos da rede de ensino, para as carreiras ligadas às áreas científicas, tecnológicas e docente.
- III - Incentivar a aproximação entre escolas, instituições de ensino e pesquisa e a comunidade.
- IV - Incrementar o ensino da ciência na Educação Básica das escolas em todo o País, buscando o letramento científico em todas as áreas do conhecimento.
- V - Promover a troca de experiências entre os estudantes das escolas, incentivando a competitividade saudável que permita o desenvolvimento, a descoberta de novos talentos e ações de estímulo à participação de meninas.
- VI - Estimular o uso do conhecimento científico como ferramenta empoderadora e de transformação social, buscando a diminuição das desigualdades sociais e da melhoria da qualidade de vida da população em geral.

1.1.1 As propostas deverão ser inseridas em uma das categorias abaixo:

- a) **Olimpíada Nacional:** para apoio a eventos caracterizados como Olimpíada Científica de nível nacional.

- b) **Olimpíada Internacional:** para apoio a eventos de Olimpíada Científica Internacional a ser realizada no Brasil. O evento deve estar claramente caracterizado como Olimpíada Científica; encontrar-se em sua fase final; envolver um número significativo de países e ser proposto por grupo organizador de Olimpíada Científica Nacional já apoiada pelo CNPq e com tradição na área.

1.2 As Olimpíadas Científicas propostas deverão ter caráter gratuito, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ou ingresso.

2 Cronograma

FASES	DATA
Lançamento da Chamada no Diário Oficial da União e na página do CNPq	16/08/2017
Início da submissão das propostas	18/08/2017
Prazo para impugnação da Chamada	28/08/2017
Data limite para submissão das propostas	03/10/2017
Julgamento	16 a 20/10/2017
Divulgação do Resultado preliminar do julgamento no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	03/11/2017
Prazo para interposição de recurso administrativo do resultado preliminar do julgamento	13/11/2017
Divulgação Final das propostas aprovadas no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet	08/12/2017
Contratação das propostas	A partir de 08/12/2017

3 Critérios de Elegibilidade

3.1 Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e sua ausência resultará no indeferimento da proposta.

3.1.1 Após a análise dos critérios de elegibilidade, o resultado será divulgado na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço www.cnpq.br e publicado, por extrato, no **Diário Oficial da União** conforme **CRONOGRAMA**.

3.2 Quanto ao Proponente e Equipe:

3.2.1 O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

- a) Ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta;
- b) Possuir o título de Doutor;

- c) Ser obrigatoriamente o coordenador do projeto;
- d) Ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. Vínculo formal é entendido como toda e qualquer forma de vinculação existente entre o proponente, pessoa física, e a instituição de execução do projeto. Na inexistência de vínculo empregatício ou funcional, o vínculo estará caracterizado por meio de documento oficial que comprove haver concordância entre o proponente e a instituição de execução do projeto para o desenvolvimento da atividade de pesquisa e/ou ensino, documento esse expedido por autoridade competente da instituição. Este documento deve ficar em poder do proponente, não sendo necessária a remessa ao CNPq.

3.2.2 A existência de qualquer inadimplência, por parte do proponente, com o CNPq, com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, ou o registro do proponente como inadimplente em quaisquer cadastros mantidos por órgãos da Administração Pública Federal resultará no indeferimento sumário da proposta.

3.3 Quanto à Instituição de Execução do Projeto:

3.3.1 A instituição de execução do projeto deve ser uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) cadastrada no Diretório de Instituições do CNPq, Instituição Pública Municipal, Estadual ou Federal de Educação ou Ciência e Tecnologia ou uma entidade administrativa responsável pela execução de políticas públicas de educação, ciência e tecnologia e correlatos, como, por exemplo, secretarias municipais, estaduais ou distritais.

3.3.1.1 Entende-se por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

3.3.2 A instituição de execução do projeto é aquela com a qual o proponente deve apresentar vínculo.

4 Recursos Financeiros

4.1 As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 3.500.000,00 (três milhões de reais), sendo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) oriundos do orçamento do CNPq, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) oriundos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) oriundos do Ministério da Educação - MEC, a serem liberados em parcelas, **de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira no CNPq.**

4.1.1 Quando o cronograma de desembolso ocorrer em mais de um exercício financeiro, o repasse de cada ano ficará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq e dos demais parceiros.

4.2 Identificada a conveniência e a oportunidade e havendo disponibilidade de recursos adicionais para esta Chamada, em qualquer fase, o CNPq, o MCTIC, o

MEC e demais parceiros, se for o caso, poderão decidir por suplementar os projetos contratados e/ou aprovar novos projetos.

4.3 Poderá haver aporte de recursos no projeto por parte da Instituição de Execução do Projeto ou de outras instituições, públicas ou privadas.

4.3.1 A responsabilidade pela contratação e pagamento desses recursos aportados caberá à Instituição de Execução do Projeto por seus próprios meios e instrumentos, estando o CNPq isento da responsabilidade nos compromissos firmados entre elas e os beneficiários.

4.3.2 O aporte de recursos oriundos de outras parcerias não desobriga o beneficiário do dever de prestar contas ao CNPq dos recursos recebidos no âmbito desta Chamada.

5 Itens Financiáveis

5.1 Os recursos da presente chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio, compreendendo:

- a)** Material de consumo: excepcionalmente, para fins dessa chamada, serão permitidos gastos com crachás, confecção de certificados e troféus (para premiação dos alunos vencedores), se devidamente justificados;
- b)** Serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos para pessoa física ou jurídica, de caráter eventual, incluindo, excepcionalmente, o aluguel de ônibus para transporte de alunos, se devidamente justificado;
- c)** Passagens e diárias, de acordo com as Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração.

5.1.1 Qualquer pagamento à pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício.

5.1.2 A mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

5.1.3 O proponente deverá incluir no campo diárias e passagens, descrito na alínea “c” do item 5.1, as despesas relativas à participação na Reunião de Avaliação, conforme prevista no item 12.2.2.

5.2 São vedadas despesas com:

- a)** Ornamentação, coquetel, jantares, *shows* ou manifestações artísticas de qualquer natureza, salvo se forem relacionados diretamente com a Olimpíada Científica;
- b)** Despesas de rotina, como contas de luz, água e telefone, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- c)** Despesas de correios e reprografia, salvo se relacionadas diretamente com a execução do projeto de pesquisa;
- d)** Pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;

- e) Obras civis (ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, as quais deverão ser justificadas no orçamento detalhado da proposta), entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- f) Aquisição de veículos automotores, locação de veículos automotores e despesas com combustíveis de qualquer natureza;
- g) Pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- h) Pagamento de serviços de terceiros a agente público da ativa por serviços prestados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- i) Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

5.2.1 As demais despesas serão de responsabilidade do proponente e da instituição de execução do projeto, respondendo cada um pelos atos praticados.

5.3 Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverão ser observadas as normas do CNPq de **PRESTAÇÃO DE CONTAS**.

5.4 O CNPq não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

6 Submissão da Proposta

6.1 As propostas deverão ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, utilizando-se o Formulário de Propostas *online*, disponível na [Plataforma Carlos Chagas](#).

6.2 O horário limite para submissão das propostas ao CNPq será até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data descrita no **CRONOGRAMA**, não sendo aceitas propostas submetidas após este horário.

6.2.1 Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabilizará por aquelas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e de congestionamentos.

6.2.2 Caso a proposta seja enviada fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico, razão pela qual não haverá possibilidade da proposta ser acolhida, analisada e julgada.

6.3 Esclarecimentos e informações adicionais acerca desta Chamada podem ser obtidos pelo endereço eletrônico atendimento@cnpq.br ou pelo telefone (61) 3211-4000.

6.3.1 O atendimento encerra-se impreterivelmente às 18h30 (horário de Brasília), em dias úteis, e esse fato não será aceito como justificativa para envio posterior à data limite.

6.3.2 É de responsabilidade do proponente entrar em contato com o CNPq em tempo hábil para obter informações ou esclarecimentos.

6.4 Todas as instituições de pesquisa envolvidas com o projeto, sejam nacionais ou internacionais, deverão estar cadastradas previamente no Diretório de Instituições do CNPq, sob pena de impedir a sua inserção na proposta.

6.5 O formulário deverá ser preenchido com as seguintes informações:

- a) Identificação da proposta;
- b) Dados do proponente;
- c) Instituições participantes;
- d) Área do conhecimento predominante e áreas do conhecimento correlatas;
- e) Orçamento detalhado;
- f) Outros dados do projeto, incluindo título, palavras-chave, resumo e objetivo geral;

6.5.1 Todos os itens do formulário devem ser necessariamente preenchidos, sob pena de indeferimento sumário da proposta.

6.5.2 É obrigatório que os membros da equipe tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros residentes fora do Brasil.

6.5.3 A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, professores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

6.5.4 Somente deverão ser indicados como instituições participantes do projeto e como membro da equipe aqueles que tenham prestado anuências formais escritas, as quais devem ser mantidas sob a guarda do Coordenador do projeto.

6.6 As propostas deverão incluir um arquivo anexo, no qual se sugere enfaticamente que estejam presentes as seguintes informações:

A. Relevância e mérito científico-pedagógico

- Caracterização da proposta (objetivos, principais atividades desenvolvidas, etc.);
- Breve histórico, mencionando o impacto dos resultados de edições anteriores, bem como a utilização de recursos em Chamadas anteriores;
- Potencial e pertinência da proposta como estratégia de divulgação e popularização da ciência, incluindo propostas de eventos prévios para preparar ou envolver alunos e professores na participação e melhor desempenho nas Olimpíadas Científicas;
- Caráter interdisciplinar ou transdisciplinar da proposta;
- Produção material de ferramentas educativas de divulgação e popularização da ciência, para capacitação de professores, escolas e/ou alunos;
- Estratégias de capacitação e orientação para professores e estudantes;
- Aderência da proposta ao objeto e aos objetivos desta Chamada;

B. Abrangência da Proposta

- Parceria e envolvimento de outras instituições de ensino, pesquisa, extensão e de governos locais;
- Amplitude e diversidade do público beneficiário, enfatizando eventual estímulo à participação de meninas;
- Estratégias de divulgação e de participação do público;

C. Exequibilidade da Proposta

- Metodologia e estratégias de funcionamento das Olimpíadas Científicas;
- Adequação do cronograma às atividades planejadas;
- Experiência do proponente na realização de Olimpíadas Científicas;
- Adequação da infraestrutura existente ou proposta às atividades planejadas;

D. Adequação do orçamento físico-financeiro

- Detalhamento adequado dos itens necessários;
- Relação entre itens orçamentários e atividades propostas;
- Pertinência dos itens orçados;
- Adequação dos custos.

6.6.1 Solicitamos que os itens acima sejam inseridos na ordem sugerida, para facilitar a avaliação. A ausência de qualquer item poderá colocar a proposta em desvantagem na avaliação final. Quando o item não se aplicar, indique "não se aplica".

6.6.2 O arquivo deve ser gerado em formato pdf e anexado ao Formulário de Propostas online, limitando-se a 1MB (um megabyte).

6.6.3 Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, fotos e/ou outros, para esclarecer a argumentação da proposta, estes não devem comprometer a capacidade do arquivo, pois as propostas que excederem o limite de 1MB não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

6.7 Após o envio, será gerado um recibo eletrônico de protocolo da proposta submetida, o qual servirá como comprovante da transmissão.

6.8 Será aceita uma única proposta por proponente.

6.9 Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

6.10 Constatado o envio de propostas idênticas por proponentes diferentes será instaurado um procedimento apuratório e, ao final, uma ou ambas as propostas poderão ser eliminadas.

7 Julgamento

7.1 Critérios do Julgamento

7.1.1 Os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico científico e sua adequação orçamentária, com base nas informações referenciadas no item 6.6, são:

Critérios	Peso	Nota
A - Relevância e mérito científico-pedagógico	4	0 – 10
B - Abrangência da proposta	2	0 – 10
C - Exequibilidade da proposta	3	0 – 10
D - Adequação do orçamento físico-financeiro	1	0 – 10

7.1.2 Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

7.1.3 A pontuação final de cada proposta será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

7.1.4 Em caso de empate, o Comitê Julgador deverá analisar as propostas empatadas e definir a sua ordem de classificação, apresentando de forma motivada as razões e fundamentos.

7.1.4.1 O Comitê Julgador deverá considerar para desempate os critérios de julgamento A e C, respectivamente.

7.2 Etapas do Julgamento

7.2.1 Etapa I – Análise dos Critérios de Elegibilidade

7.2.1.1 Esta etapa, a ser realizada pela área técnico-científica do CNPq, consiste na análise das propostas apresentadas quanto ao atendimento às disposições estabelecidas nos itens 3.2 e 3.3 desta Chamada.

7.2.2 Etapa II – Classificação pelo Comitê Julgador

7.2.2.1 A composição e as atribuições do Comitê Julgador seguirão as disposições contidas em normas específicas do CNPq que tratam da matéria.

7.2.2.2 Todas as propostas serão classificadas pelo Comitê Julgador, seguindo os critérios de julgamento dispostos nesta Chamada.

7.2.2.3 A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no item 7.1.

7.2.2.4 Todas as propostas avaliadas serão objeto de parecer de mérito consubstanciado, contendo a fundamentação que justifica a pontuação atribuída.

7.2.2.5 Após a análise de mérito e relevância de cada proposta, o Comitê deverá recomendar:

- a) Aprovação; ou
- b) Não aprovação.

7.2.2.6 O parecer do Comitê Julgador será registrado em Planilha de Julgamento, contendo a relação das propostas recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, assim como outras informações e recomendações pertinentes.

7.2.2.7 Para cada proposta recomendada, o Comitê Julgador deverá sugerir o valor a ser financiado pelo CNPq.

7.2.2.8 Durante a classificação das propostas pelo Comitê Julgador, o gestor da Chamada e a área técnico-científica do CNPq responsável acompanharão as atividades e poderão recomendar ajustes e correções necessários, como a possibilidade que se refaça ou modifique pareceres de recomendação e a Planilha de Julgamento.

7.2.2.9 A Planilha de Julgamento será assinada eletronicamente pelos membros do Comitê.

7.2.3 Etapa III – Análise pela Área Técnico-Científica do CNPq

7.2.3.1 Esta etapa consiste na supervisão da classificação pelo Comitê Julgador.

7.2.3.2 A área técnico-científica deverá analisar os pareceres elaborados pelo Comitê Julgador e a Planilha de Julgamento, apresentando os subsídios para etapa de Decisão pela Presidência do CNPq.

7.2.3.3 A Área Técnico-científica poderá indicar itens orçamentários, informações incorretas ou inverídicas, inconsistências técnicas, falhas de julgamento, elementos a serem inseridos, modificados ou excluídos, que poderão ou não inviabilizar a aprovação da proposta.

7.2.3.4 Identificadas falhas, ausências, inconsistências e/ou equívocos, deverá a Área Técnico-científica tomar as providências necessárias para sanar os problemas, podendo determinar a elaboração de novo parecer, a complementação do parecer anterior e a retificação da Planilha de Julgamento.

7.2.4 Etapa IV – Decisão do julgamento pelo Presidente do CNPq

7.2.4.1 O Presidente do CNPq emitirá decisão do julgamento com fundamento na Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.

7.2.4.2 Na decisão do Presidente do CNPq deverão ser determinadas quais as propostas a serem aprovadas e os respectivos valores a serem financiados dentro dos limites orçamentários desta Chamada.

8 Resultado Preliminar do Julgamento

8.1 A relação de todas as propostas julgadas, aprovadas e não aprovadas, será divulgada na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço www.cnpq.br e publicada, por extrato, no **Diário Oficial da União conforme CRONOGRAMA**.

8.2 Todos os proponentes da presente Chamada terão acesso ao parecer sobre sua proposta, preservada a identificação dos pareceristas.

9 Recurso Administrativo do Resultado Preliminar do Julgamento

9.1 Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado preliminar do julgamento, poderá apresentar recurso em formulário eletrônico específico,

disponível na Plataforma Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da publicação do resultado na página do CNPq e da disponibilização dos pareceres na Plataforma Carlos Chagas, conforme **NORMAS RECURSAIS** deste Conselho.

10 Resultado Final do Julgamento pela Diretoria Executiva do CNPq (DEX)

10.1 A DEX emitirá decisão do julgamento com fundamento na Nota Técnica elaborada pela área técnico-científica responsável, acompanhada dos documentos que compõem o processo de julgamento.

10.2 O resultado final do julgamento pela DEX será divulgado na página eletrônica do CNPq, disponível na Internet no endereço www.cnpq.br e publicado, por extrato, no **Diário Oficial da União**, conforme **CRONOGRAMA**.

11 Execução das Propostas Aprovadas

11.1 As propostas aprovadas serão apoiadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do proponente, mediante assinatura de **TERMO DE ACEITAÇÃO**.

11.2 A assinatura do **TERMO DE ACEITAÇÃO** ficará subordinada à existência prévia de **Acordo de Cooperação Técnica**, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme disposto nas normas deste Conselho.

11.3 As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 12 (doze) meses.

11.3.1 Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado, mediante pedido fundamentado do proponente, que justifique a prorrogação pleiteada, e aceite pelo CNPq.

11.3.1.1 A prorrogação da vigência do projeto deverá observar necessariamente a corresponde prorrogação do instrumento de cooperação (TED/Convênio/Termo).

11.4 O proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições, apresentadas na submissão da proposta, de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais junto aos registros competentes.

11.5 A existência de qualquer inadimplência, por parte do proponente, com o CNPq, com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, ou o registro do proponente como inadimplente em quaisquer cadastros mantidos por órgãos da Administração Pública Federal, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto, devendo o projeto ser cancelado posteriormente caso verificado que o proponente deixou de declarar sua inadimplência.

11.6 As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão consideradas de acesso público, observadas as disposições abaixo:

11.6.1 Os projetos submetidos a esta Chamada, bem como quaisquer relatórios técnicos apresentados pelos pesquisadores e/ou bolsistas para o CNPq, que contenham informações sobre os projetos em andamento, terão acesso restrito até o

ato decisório referente à aprovação final pelo CNPq. (Lei 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011, art 7º, §3º, e Decreto 7.724/2012 de 16 de maio de 2012, art 20).

11.6.2 Aqueles pesquisadores cujos projetos submetidos ao CNPq, aprovados ou não, e/ou seus relatórios técnicos apresentados que possam gerar, no todo ou em parte, resultado potencialmente objeto de Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Desenho Industrial, Programa de Computador ou qualquer outra forma de registro de Propriedade Intelectual e semelhantes deverão manifestar explicitamente o interesse na restrição de acesso na ocasião da submissão do projeto e/ou do envio do relatório técnico.

11.6.2.1 As obrigações de sigilo e restrição de acesso público previstas na cláusula anterior subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da solicitação da restrição.

11.6.2.2 Em que pese a possibilidade de restrição de acesso, esta não reduz, contudo, a responsabilidade que os pesquisadores, suas equipes e instituições têm, como membros da comunidade de pesquisa, de manter, sempre que possível, os resultados da pesquisa, dados e coleções à disposição de outros pesquisadores para fins acadêmicos.

11.6.2.3 Em que pese a possibilidade de restrição de acesso, todo produto desenvolvido (material didático, revistas, jogos, softwares, aplicativos, vídeos, etc.) por meio do apoio financeiro desta Chamada deve ser disponibilizado ao CNPq e demais parceiros.

11.6.3 As partes deverão assegurar que cada um de seus empregados, funcionários, agentes públicos e subcontratadas, que tenham acesso às informações de acesso restrito, tenham concordado em cumprir as obrigações de restrição de acesso à informação.

11.6.4 O CNPq disponibilizará, a seu critério, as informações primárias de todos os projetos, tais como: título, resumo, objeto, proponente(s), instituições executoras e recursos aplicados pelo órgão.

11.7 A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

11.8 É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais, de caráter ético ou legal, necessárias à execução do projeto.

12 Do Monitoramento e da Avaliação

12.1 Durante a execução, o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, de acordo com o estabelecido no **TERMO DE ACEITAÇÃO**.

12.1.1 Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada ao CNPq pelo proponente/coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo tal alteração ser autorizada antes de sua efetivação e observadas as Resoluções Normativas do CNPq que tratam do tema.

12.2 A avaliação dos projetos contemplados será realizada de duas formas:

12.2.1 À distância, por meio da aplicação de formulários de avaliação do projeto. Esta etapa constitui-se no preenchimento de questionários pelos coordenadores e demais participante dos projetos.

12.2.2 Presencial, por meio de Reunião de Avaliação, na qual o andamento de cada projeto deverá ser apresentado ao CNPq, em Brasília, pelo coordenador ou por membro da respectiva equipe, conforme agendamento a ser divulgado posteriormente.

12.2.3 A avaliação tem por objetivos permitir o aprimoramento da ação pública, a discussão dos resultados obtidos e a troca de experiências.

12.3 Durante a execução do projeto o CNPq poderá, a qualquer tempo e quanta vezes quiser, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando ao monitoramento e à avaliação do projeto.

12.3.1 Caso seja detectado que o projeto não esteja sendo executado conforme o previsto, o CNPq deverá determinar diligências para o devido cumprimento e, caso não atendidas, promover o encerramento do projeto.

12.4 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular dos projetos.

12.5 Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio da Central de Atendimento: atendimento@cnpq.br.

13 Avaliação Final/Prestação de Contas

13.1 O coordenador do projeto deverá encaminhar a prestação de contas em Formulário *online* específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o **TERMO DE ACEITAÇÃO** e demais normas do CNPq, sob pena de ressarcimento dos valores despendidos pelo CNPq e demais penalidades previstas na legislação de regência.

13.1.1 Todos os campos do formulário *online* de prestação de contas deverão ser devidamente preenchidos.

13.1.2 A prestação de contas financeira deverá ser apresentada juntamente com todos os comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de **PRESTAÇÃO DE CONTAS** disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cnpq.br/web/guest/prestacao-de-contas1>.

13.1.3 Deverá ser anexado um arquivo contendo informações complementares ao relatório técnico, no qual deverão necessariamente constar as seguintes informações:

- a) Abrangência do evento;
- b) Número de participantes no evento;
- c) Instituições envolvidas;
- d) Principais atividades desenvolvidas (incluindo, se houver, cursos de capacitação de professores durante o evento e no processo de preparação do mesmo);

- e) Seguidamentos da comunidade local envolvidos, apresentando, necessariamente, recortes de gênero e de populações em vulnerabilidade social;
- f) Eventual participação e premiação de alunos vencedores em outros eventos de maior porte;
- g) Matérias jornalísticas originadas a partir dos trabalhos apresentados (detalhar teor, data, veículo), etc.

14 Impugnação da Chamada

14.1 Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o prazo disposto no **CRONOGRAMA**.

14.1.1 Caso não seja impugnada dentro do prazo, o proponente não poderá mais contrariar as cláusulas desta Chamada, concordando com todos seus termos.

14.2 A impugnação deverá ser dirigida à Presidência do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: presidencia@cnpq.br, seguindo as normas do processo administrativo federal.

15 Publicações

15.1 As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação ou promoção de eventos ou de projetos de pesquisa apoiados pela presente Chamada deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do CNPq e dos parceiros.

15.1.1 Nas publicações científicas o CNPq deverá ser citado exclusivamente como “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq” ou como “*National Council for Scientific and Technological Development – CNPq*”.

15.2 As ações publicitárias atinentes a projetos realizados com recursos desta Chamada deverão observar rigorosamente as disposições que regulam a matéria.

15.3 A publicação dos artigos científicos resultantes dos projetos apoiados deverá ser realizada, preferencialmente, em revistas de acesso aberto.

15.4 Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004), regulamentada pelo Decreto 5.563, de 11 de outubro de 2005, na Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996) e pelas normas internas do CNPq que regulam a matéria.

16 Disposições Gerais

16.1 A presente Chamada regula-se pelos preceitos de direito público inseridos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber, e, em especial, pelas normas internas do CNPq.

16.2 A Coordenação responsável pelo acompanhamento da presente Chamada é a Coordenação do Programa de Pesquisa em Engenharias – COENG.

16.3 A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.4 A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, XXXXX

de 2017.